

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA E A ECONOMIA NA ARGENTINA DO
TEMPO PRESENTE (1983-2020)**

**CONSIDERACIONES SOBRE POLÍTICA Y ECONOMÍA EN LA ARGENTINA
ACTUAL (1983-2020)**

**CONSIDERATIONS ON POLITICS AND ECONOMY IN PRESENT-DAY ARGENTINA
(1983-2020)**



Iuri CAVLAK¹
e-mail: i.cavlak@unifesp.br

Como referenciar este artigo:

CAVLAK, I. Considerações sobre a política e a economia na Argentina do tempo presente (1983-2020). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 3, e023028, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.3.1038>



| **Submetido em:** 29/04/2023
| **Revisões requeridas em:** 07/06/2023
| **Aprovado em:** 22/10/2023
| **Publicado em:** 20/12/2023

Editores: Profa. Dra. Simone Diniz
Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas
Profa. Dra. Mércia Kaline Freitas Alves
Dr. Vinícius Silva Alves

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo – SP – Brasil. Professor de Teoria da História.

RESUMO: O presente trabalho é uma tentativa de reconstituição histórica dos principais momentos políticos e econômicos da Argentina, entre o fim da última ditadura militar até o momento atual (2022). Para isso, utilizo de bibliografia brasileira e argentina articulada aos dados e estatísticas oficiais do governo argentino. O objetivo é tentar refletir sobre mudanças e continuidades nas variáveis citadas, em uma comparação ligeira com o Brasil a respeito de determinadas conjunturas. O método se apega à história comprada e à história do tempo presente. Embora ainda sem um necessário aprofundamento e complexidade, essa investigação demonstra a mudança contumaz entre governos mais e menos liberais, de maior apego ao monetarismo para os de maior ligação com políticas sociais, como se fosse a mudança periódica necessária para a manutenção da economia de mercado tal como ela se vem configurando na América do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: História. Política. Economia. Tempo Presente.

***RESUMEN:** Este trabajo es un intento de reconstruir la historia de los principales momentos políticos y económicos de Argentina, desde el final de la última dictadura militar hasta la actualidad. Para hacerlo, recurrí a bibliografía brasileña y argentina, combinada con datos y estadísticas oficiales del gobierno argentino. El objetivo es intentar reflexionar sobre cambios y continuidades en las variables mencionadas, en una ligera comparación con Brasil respecto a determinadas coyunturas. El método se basa en la historia comprada y en la historia del presente. Aunque todavía no haya alcanzado la profundidad y complejidad necesarias, esta investigación demuestra el continuo cambio entre gobiernos más y menos liberales, de los que tienen un mayor apego al liberalismo a los que tienen una mayor conexión con las políticas sociales, como si este fuera el cambio periódico necesario para mantener la economía de mercado tal como se ha configurado en América del Sur.*

PALABRAS CLAVE: Historia. Política. Economía. Actualidad.

***ABSTRACT:** The present work aims at a historical reconstitution of the main political and economic moments in Argentina, between the end of the last military dictatorship until the present moment. For this, Brazilian and Argentine bibliography articulated with the official data and statistics of the Argentine government are utilized. The objective is to try to reflect on changes and continuities in the mentioned variables, in a brief comparison with Brazil regarding certain conjunctures. The method clings to purchased history and the history of the present time. Although still without a necessary deepening and complexity, this research demonstrates the persistent change between more or less liberal governments, from a greater attachment to liberalism to those with a greater connection with social policies, as if it were the periodic change necessary for the maintenance of the market economy as it has been shaping up in South America.*

KEYWORDS: History. Politics. Economy. Present Time.

Introdução

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, a Argentina iniciou o período da pandemia do Covid-19 com um governo de centro-esquerda, após uma vitória de Alberto Fernandez e Cristina Kirchner conquistada contra a direita, representada pela chapa Mauricio Macri e Miguel Pichetto. Macri intentava a reeleição, e escolheu o peronista Pichetto em lugar da então vice-presidenta, Gabriela Michetti. Fernandez venceu o pleito, ocorrido em 27 de outubro de 2019, com pouco mais de 48% dos votos válidos (quase 13 milhões de votos), contra 40% de seu oponente (quase 11 milhões de votos), e assumiu a presidência em 10 de dezembro de 2019, menos de três meses antes da explosão da pandemia no mundo².

Cristina Fernández Kirchner havia sido presidenta da república entre os anos de 2007 e 2015. Seu falecido marido, Néstor Kirchner, por sua vez, havia governado o país entre 2003 e 2007 – ambos oriundos do Partido Justicialista (Peronista), de sua ala considerada de centro-esquerda.

A situação da economia argentina, no início de 2020, apresentava sinais problemáticos. A dívida externa alcançava impressionantes 89,4% do PIB, 1 dólar valia 58 pesos e a inflação havia fechado 2019 em 53,8%. A população argentina vivendo na pobreza alcançava a cifra de 35,5%, sendo 8% na indigência (FERNÁNDEZ; PRETI, 2020).

O governo de Macri é apontado pela maioria dos analistas como o principal responsável por essa situação, por conta de políticas de arrocho fiscal, majoração das tarifas públicas e cortes nas políticas de compensação de renda.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a história recente da Argentina, desde a saída do último regime militar até a última década, com o foco nas variáveis políticas e econômicas, tendo em vista as diferenças e semelhanças com o Brasil no mesmo período. A hipótese é que, problematizando algumas questões fulcrais do país vizinho, dentro de uma angulação diacrônica, poderemos melhor compreender os elementos estruturais e conjunturais do capitalismo tardio tais como se apresentaram e se apresentam na América do Sul, constringendo e proporcionando oportunidades, ao mesmo tempo, aos dois maiores países da região.

Basicamente, delimito o período em tela em dois arranjos temporais que, em alguns momentos, coincidiram no tempo, enquanto em outros momentos, foram disruptivos. Estruturas formadas numa junção de crise externa e interna onde, em alguns ciclos, foi possível a articulação de governos com maior intervenção na economia e com políticas industrializantes

² Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultados-y-estadisticas/elecciones-2019>. Acesso em: 09 mar. 2023.

acopladas à distribuição de renda, e em outros, governos ancorados no ideário liberal, desregulamentando o setor produtivo e operando com políticas de arrocho fiscal e desemprego. Sem dúvida, uma simplificação, utilizada aqui no sentido dado por Max Weber, um tipo ideal mirando maior concisão e inteligibilidade (WEBER, 1999).

O método é a utilização da bibliografia histórica articulada com a História Comparada (BLOCH, 1963), um alicerce para avançar algumas interpretações sobre o tempo presente argentino e sua relação com o entorno regional. Como afirmou Maria Ligia Prado:

Comparar o Brasil com os demais países da América Latina sempre me pareceu um desafio estimulante. Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes - a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois norte-americana, para ficar nas temáticas tradicionais - não há, no meu ponto de vista como escapar às comparações (PRADO, 2005, p. 17).

Reitero a questão de articulação com a História Comparada, porque não intentei realizar uma história comparada *tout court*, senão justapor algumas conjunturas e a cronologia da história argentina em relação ao Brasil dentro do recorte proposto. Assim sendo, o texto que se segue quiçá esteja mais afinado às questões da história do tempo presente (FERREIRA, 2000).

A consulta às fontes primárias deteve-se nas estatísticas dos órgãos oficiais do governo argentino. Separei a bibliografia conforme julguei a qualidade do trabalho, seu viés crítico, disponibilidade e importância no campo intelectual daqui e de lá.

Questões de História Comparada entre Brasil e Argentina

Em 2005, foi publicado no Brasil o livro dos historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto, o qual traça mais de um século e meio de história comprada entre os dois principais países da América do Sul (FAUSTO; DEVOTO, 2005).

A premissa tem a ver com conjunturas semelhantes numa longa duração. As independências de ambos, entre 1816 e 1822, se desprendendo das metrópoles ibéricas. A sequência na construção dos Estados Nacionais, pautada numa democracia restrita e num aparelho de estado oligárquico. A crise política em 1930, que levou a derrubada dos governos de Hipólito Yrigoyen e Washington Luís. O contexto do imediato pós-guerra, que impulsionou líderes políticos embasados em fortes movimentos populares: peronismo e varguismo (em 1945, o “queremismo”, em defesa da continuidade de Getúlio Vargas no poder até ser votada uma nova constituição, em muito se assemelhou à campanha para libertar Perón e alçá-lo como

candidato à presidência da República). Em suma, o “populismo” (MACKINNON; PETRONE, 1998).

Com efeito, nos anos 1950, as agendas econômica e diplomática nacionalistas, de Perón e Vargas, foram seguidas pelos governos nacional-desenvolvimentistas de Arturo Frondizi e Juscelino Kubitschek, respectivamente. Depois ocorreram os golpes militares nos anos 1960 e a abertura democrática nos anos 1980, com um período de planos econômicos contra a hiperinflação (Raúl Alfonsín e José Sarney) seguidos de políticas neoliberais articuladas ao chamado consenso de Washington (Carlos Menem e Fernando Collor / Fernando Henrique Cardoso). Finalmente, os governos “pós-neoliberais” dos anos 2000 (Néstor Kirchner / Cristina Fernández Kirchner e Luís Inácio “Lula” da Silva / Dilma Rousseff) e o retorno da direita neoliberal ao aparelho de Estado (Maurício Macri e Michel Temer) para, em seguida, reiniciar um novo período de centro esquerda, no tempo presente (Alberto Fernández / Lula da Silva em seu terceiro mandato).

Obviamente que perpassam aí várias e importantes diferenças, como a ausência de monarquia e o menor grau de incidência de africanos escravizados na Argentina do século XIX, a ausência de um movimento popular (União Cívica Radical) e universitário (Reforma Universitária) no Brasil no início do século XX, o sinal trocado nos regimes pós 1930, oligárquico e agropecuarista, na Argentina, centralizador e industrializante no Brasil. E a dissonância nas presidências de Perón (1946-1952) e Eurico Gaspar Dutra / início do segundo governo Vargas no mesmo período.

Outrossim, as quatro interrupções militares na Argentina no pós-guerra (1955, 1962, 1966 e 1976), foram dessemelhantes da única brasileira (1964). O Processo de Reorganização Nacional (1976) apresentou um sentido anti-industrialista e monetarista, enquanto no Brasil ainda estavam em vigência as políticas de corte keynesianas. Nos anos 1990, o peronismo, pela sua ala direita, reteve o controle do Estado, enquanto o Partido dos Trabalhadores encabeçou a principal oposição ao projeto tucano, o que talvez ajude a explicar a maior profundidade do processo do neoliberalismo na Argentina em relação ao Brasil.

Em 2001, a Argentina se encontrava numa situação muito mais desesperadora do ponto de vista econômico e social, ao ponto de cinco presidentes comandarem o país em menos de 15 dias (fins de dezembro de 2001 e início de janeiro de 2002), ao passo que, no Brasil, embora numa grave crise, se deu sem trauma o pleito que apeou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) do poder central e deu lugar ao PT e a Lula, em outubro de 2002.

Para encerrar as ressalvas, diria que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 também seria disruptiva nessa comparação, uma vez que uma extrema direita antissistema não foi o que Macri apresentou. E ainda, a dimensão do peronismo no sistema político argentino é algo que o sociólogo Juan Carlos Torres definiu como “o sistema político em si mesmo”, oficialismo e oposição ao mesmo tempo, algo deveras diferente em relação ao Brasil (TORRES, 1999).

Buscaria então nessa dialética de semelhanças e diferenças uma angulação metodológica para interpretar os principais fatos políticos que, a meu juízo, configuraram a atual realidade de ambos os países, começando com a saída dos regimes militares, nos anos 1980, em ambos os países até o final do mandato de Maurício Macri, na Argentina.

A redemocratização na Argentina e o Neoliberalismo

Na Argentina, ao contrário do Brasil, a ditadura recrudescu no final dos anos 1970, a partir do golpe de Estado de 24 de março de 1976, intitulado “Processo de Reorganização Nacional”. Através dele, um grupo de militares linha dura assumiu o poder de Estado e implementou um dos regimes mais violentos da história contemporânea da América do Sul. De acordo com alguns cálculos, cerca de 30 mil pessoas foram mortas e milhares de outras torturadas e afetadas pela repressão. Tendo em vista o tamanho da população à época, cerca de 25 milhões de habitantes, e sua concentração em Buenos Aires, pode-se estimar a tragédia social causada (NUNCA MÁ, 1984).

Para além disso, os militares argentinos colocaram em prática uma política desindustrializante, visando aplastar o movimento operário. A ideia motriz era retornar à Argentina rural, exportadora de carne e grãos e importadora de manufaturas, onde não haveria conflitos urbanos ou movimentos organizados de contestação. O resultado imediato foi um recuo econômico deveras acentuado, oxigenando o setor financeiro – a época da *plata dulce* -, aumentando a dívida externa e gerando perda de competitividade da produção nacional (BEIRED, 1996). O país acabou ficando bem atrás do Brasil na complexidade do parque produtivo e influência na economia sul-americana. A modernização dos portos de Santos e Paranaguá ajudou a reduzir a importância centenária do porto de Buenos Aires, enquanto a hidrelétrica de Itaipu sedimentou parte da vizinhança na órbita brasileira (BANDEIRA, 2003).

Acumulando mortes com recessão econômica, pareceu à parcela dos militares que ocupavam o poder que uma guerra os salvaria desses problemas, donde a invasão das ilhas Malvinas – Falklands, que pertenciam e pertencem aos ingleses, em abril de 1982. Acreditavam

eles no apoio ou, ao menos, na neutralidade dos EUA, até como recompensa pelo extermínio das esquerdas e abertura da economia, o que não se concretizou. Confiavam no TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), assinado em 1947, que determinava a obrigação dos norte-americanos de estarem ao lado dos países desse bloco em caso de guerra (BEIRED, 1996). Na primeira quinzena de junho de 1982 a guerra já estava terminada, com a rendição dos argentinos, ao custo de 700 mortos e desaparecidos e 1.300 feridos (ROMERO, 1994).

A partir de então, uma volta à democracia se desenhou inelutável, com a convocação das eleições gerais e a vitória, em 30 de outubro de 1983, do candidato da UCR (União Cívica Radical), Raúl Alfonsín. Em relação ao Brasil, pode-se dizer que a transição se deu com os militares platinos numa posição muito mais frágil, vistos como cruéis internamente pela Guerra Suja e fracos externamente pela perda da Guerra das Malvinas³. Outrossim, havia uma situação crítica na economia:

O PIB per capita de 1982 era 15% menor que o de 1975, e o PIB industrial era 25% menor que o de 1970. Os salários reais, 40% mais baixos. A participação dos assalariados no PIB passara de 45% em 1974, para 34% em 1993 (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 715).

O historiador José Luis Beired considera que o grupo castrense à frente do “Processo de Reorganização Nacional” fazia parte de “uma cultura política do nacionalismo de extrema direita” (BEIRED, 1996, p. 77). Penso que eram da mesma estirpe dos militares brasileiros “do porão”, seus coetâneos, representados na figura do Gal. Sylvio Frota, ministro do Exército no governo de Ernesto Geisel, anticomunista ferrenho e defensor da sevícia e do fechamento ainda mais do regime. No Brasil, essa força foi momentaneamente derrotada em 1977, com o afastamento de Frota, a escolha de Figueiredo para a sucessão presidencial e o respectivo plano de anistia e abertura “lenta, gradual e segura” (GASPARI, 2004). Voltaria nos anos 2010, como ver-se-á, uma vez que esses militares brasileiros não foram em nenhum momento enquadrados e punidos pela lei, ao contrário de seus consortes argentinos.

O governo de Alfonsín foi um dos mais complexos da década de 1980 no subcontinente. Ele teve que lidar com hiperinflação, apuração dos crimes do antigo regime, punição dos militares e um processo de aprofundamento da internacionalização da economia. Estabeleceu, junto ao governo de José Sarney, a Declaração de Foz do Iguaçu, em novembro de 1985, tida como marco inaugural do Mercosul. Sofreu com os motins dos militares de extrema direita (BEIRED, 1996).

³ Guerra Suja é como ficou conhecida a repressão militar sobre a sociedade argentina na ditadura.

Assim, Alfonsín viu se liquefazer sua sustentação política no último ano de mandato, em 1989. Dois anos antes, a UCR já havia perdido a maioria no legislativo e sido derrotada em todas as eleições para os governadores de província, com exceção de Córdoba e Rio Negro (ROMERO, 1994).

Na eleição presidencial de maio de 1989, o candidato da UCR, Eduardo Angeloz, foi derrotado pelo peronista Carlos Saúl Menem, um político então conhecido por já ter sido governador de La Rioja e preso pelos militares. Com o aguçamento da crise inflacionária, Alfonsín passou o poder a Carlos Menem dois meses após a eleição, isto é, cinco meses antes do previsto.

É controverso na literatura política da Argentina o quanto surpreendeu a presidência de Carlos Menem, a partir de então:

Menem demonstrou uma capacidade notável de reunir em torno de si todos os segmentos do peronismo, desde líderes sindicais (...) até ex-militantes da extrema direita ou extrema esquerda da década de 1970, juntamente com todos os tipos de caudilhos ou líderes locais (...) Em suma, ninguém sabia exatamente o que o candidato peronista faria se ganhasse, mas estava claro que ele seria pragmático e não se prenderia a compromissos programáticos. (ROMERO, 1994, p. 399, tradução nossa).

Naquele mesmo ano, no Brasil, ocorreu a primeira eleição presidencial democrática desde 1960, numa disputa acirrada entre dois projetos distintos, cristalizados no segundo turno do pleito, entre Lula da Silva e Fernando Collor de Melo. Um projeto de esquerda que aglutinou, na ocasião da eleição, o novo sindicalismo e suas novas centrais, os movimentos rurais, o trabalhismo, o comunismo, o socialismo e a social-democracia, de um lado, contra o coronelismo, o rentismo e a velha direita oligárquica, de outro (SECCO, 2011). Ou seja, o que se definia no Brasil com uma disputa implacável, na qual direita e esquerda ficavam em lados opostos, na Argentina já se dava início a um programa ofensivo de direita no seio de um partido historicamente de esquerda.

Em verdade, na Argentina, iniciou-se a implantação do neoliberalismo, com um atrelamento da economia e da política aos EUA. Menem conseguiu desbaratar a inflação e ancorar cambialmente o peso ao dólar, que passaram a ter de chofre a mesma cotação. Abriu a economia para a importação e garantiu os pagamentos cada vez mais crescentes do serviço da dívida externa. Foi o governante sul-americano que mais se apegou ao chamado Consenso de Washington, normatizando um processo robusto de privatizações e recuo da presença do Estado nos serviços e subsídios voltados para o grosso da população. O ministro das Relações

Exteriores, Guido de Tella, chegou a dizer que seu país manteria “relações carnavais” com os EUA:

As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis do mercado, consistiam em: 1- disciplina fiscal, 2- mudanças das prioridades dos gastos públicos, 3- reforma tributária, 4- taxas de juros positivas, 5- taxa de câmbio de acordo com as leis do mercado, 6- liberalização do comércio, 7- fim das restrições aos investimentos estrangeiros, 8- privatização das empresas estatais, 9- desregulamentação das atividades econômicas, 10- garantia dos direitos de propriedade (BANDEIRA, 2003, p. 476-479).

A integração do Mercosul avançou com a adesão de Paraguai e Uruguai, porém se transmutou de integração política e econômica gradual para livre-cambista. Menem adotou o “realismo periférico”, apego total aos EUA, a ponto de se tornar o país chave para os investimentos dessa potência na região.

O controle inflacionário (em 1990 a inflação chegou a 2.000% ao ano, caindo para menos de 1% nos anos seguintes) e o *boom* de investimentos externos, fruto do novo paradigma econômico, forneceu sustentação política a Menem, que não encontrou dificuldades para ser reeleito em 14 de maio de 1995, com uma porcentagem maior (47,49%) do que a da primeira eleição.⁴

Porém, na segunda metade da década de 1990 os problemas econômicos se avolumaram. O desemprego e o subemprego passaram a afetar grande parte da população economicamente ativa. Com o Estado enfraquecido e engessado com a rolagem da dívida, as indústrias nacionais esmagadas pela importação em massa e os preços indexados ao dólar, a crise social se multiplicou. Igualmente as acusações de corrupção, que passaram a pesar de forma significativa no governo central. No cenário externo, a moratória da Rússia, no início de 1998, reforçou o ambiente nebuloso para a economia argentina.

Em outubro de 1999, as eleições presidenciais deram vitória ao candidato da UCR, Fernando de La Rúa, deixando para trás no primeiro turno os candidatos ligados ao antigo governo peronista, Eduardo Duhalde (vice de Menem) e Domingo Cavallo, ex-ministro da fazenda e consagrado autor do plano econômico do início daquela década.⁵

⁴ *Base de Datos Políticos de las Américas*. Argentina: Resultados de elección presidencial de 1995. Georgetown University y Organización de Estados Americanos. 1999. Disponível em: <https://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Arg/arg95.html>. Acesso em: 01 mar. 2023.

⁵ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/1999>. Acesso em: 02 mar. 2023.

De La Rúa confirmou as promessas de campanha de manter a moeda argentina em paridade com o dólar, assumindo uma continuidade com parte da macroestrutura do governo anterior. Com um alto nível de endividamento externo, e dificuldades cada vez maiores de captar empréstimos e investimentos, o novo governo optou pela cartilha econômica liberal, com cortes em salários e aposentadorias, acoplados a um programa de flexibilização das leis trabalhistas. Prometia-se, nesse sentido, um ecossistema econômico atrativo para uma nova rodada de aportes de capitais (BANDEIRA, 2003)

No final do ano de 2000, o governo logrou um empréstimo de um consórcio formado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e o governo da Espanha, na esperança de conseguir um alívio momentâneo nas contas e aumentar sua capacidade de rolar as dívidas. Em 2001, houve outro giro de arrocho salarial e diminuição de gastos públicos, com cortes no orçamento da saúde, educação e moradia popular. Novas privatizações foram anunciadas, o que levou ao aumento exponencial da insatisfação do povo argentino, que passou a protestar com cada vez mais energia nas ruas das grandes cidades, sobretudo em Buenos Aires.

No desespero, Fernando De La Rúa trouxe de volta ao ministério da fazenda Domingo Cavallo, que por sua vez lançou um plano econômico, em 3 de dezembro de 2001, o qual contemplava o que ficou conhecido como “*corralito*”, isto é, restrição de saques para a população em todo o sistema bancário. Em novembro, uma representante do FMI tinha declarado que não haveria mais empréstimos à Argentina, água ao moinho da incerteza (BANDEIRA, 2003).

O resultado foi uma rebelião social com passeatas, saques e ocupação das ruas e fábricas pela população descontente. No dia 19 de dezembro, o país todo se viu em convulsão, com o mote popular de “*que se vayan todos*”. Em 20 de dezembro de 2001, De la Rúa decretou Estado de sítio e Cavallo foi exonerado do Ministério. No dia seguinte, foi a vez de De la Rúa renunciar ao cargo. O país atingia a situação mais crítica desde a redemocratização. Isolado, restou ao ex-presidente se retirar num helicóptero da Casa Rosada.⁶

O presidente do Senado, um peronista, Ramón Puerta, assumiu provisoriamente o cargo vacante. Em 23 de dezembro, o então governador da província de San Luís, Adolfo Rodríguez Sá, foi nomeado pelo parlamento presidente provisório, com a incumbência de convocar novas eleições em até 90 dias. Uma de suas primeiras medidas foi a suspensão do pagamento da dívida externa, espécie de calote argentino nos compromissos com as instituições financeiras

⁶ *Folha de S. Paulo*. Mercado. 20/ dez. 2001. Versão Digital Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u38000.shtml> Acesso em: 10 mar. 2023.

internacionais. Com a temperatura elevada dos conflitos sociais, e contradições várias na sua base de apoio, Sá também renunciou à presidência, em 30 de dezembro de 2001, sete dias depois de haver assumido (ZICARI, 2016).

Puerta se recusou a reassumir, renunciando à presidência do Senado em 31 de dezembro. Restou ao presidente da câmara dos deputados, o também peronista Eduardo Camano, substituir Rodrigues Sá e convocar urgentemente os parlamentares, tendo em vista a necessidade de eleger um novo chefe de Estado.

Assim, o senador peronista Eduardo Duhalde, ex-vice presidente de Carlos Menem e governador da província de Buenos Aires, derrotado nas eleições de 1999 por De la Rúa, encarregou-se da presidência. No início de 2002, Duhalde acabou com o sistema de paridade e decretou “esgotado” o liberalismo na Argentina (BANDEIRA, 2003).

O governo Duhalde pode se sustentar na medida em que desvalorizou o peso, beneficiando os exportadores e gerando uma situação que muitos analistas classificaram como industrialização por substituição de importações, já que havia se tornado muito cara qualquer compra de máquinas, equipamentos, insumos e produtos do exterior. Tais medidas tiveram um impacto no mercado de trabalho, diminuindo as taxas de desemprego.

Com os EUA ocupados na chamada luta contra o terrorismo, após os atentados ao *World Trade Center*, em setembro do ano anterior, a administração Duhalde conseguiu maior margem de manobra para a renegociação de suas dívidas. Reforçou as trocas com o Mercosul e se beneficiou do aumento internacional dos preços do trigo, uma das principais commodities argentinas. De sorte que conduziu o país até maio de 2003, quando Néstor Kirchner sagrou-se eleito nas urnas para governar o país.

A esquerda no poder: os Kirchner

Com o país crescendo economicamente, diminuindo a taxa de desemprego e com uma importante política de compensação de renda, o paradigma neoliberal recuou em seu prestígio, muito embora mantivesse força na alta burguesia argentina. Nas eleições de 2003, Duhalde apoiou Néstor Kirchner, que acabou ficando em segundo lugar nas eleições (22% dos votos contra 24% de Carlos Menem). Naquele cenário se fez necessário um segundo turno, onde

Menem declinou de participar e renunciou à candidatura, fazendo de Néstor Kirchner o novo presidente argentino.⁷

Eduardo Duhalde, assim como Alfonsín e De la Rúa, também não completou seu mandato, renunciando para que Kirchner já assumisse a Casa Rosada antes do final do ano. Aumento das exportações, melhores condições na rolagem da dívida externa, expansão do mercado interno através da dinamização do emprego e políticas de compensação de renda compuseram a equação que levou a economia argentina a voltar a crescer, em taxas médias de 8% ao ano.

Kirchner se afastou de Eduardo Duhalde e também de parte do peronismo, se apoiando numa coalisão de forças que tangenciaram outros partidos, trazendo para cargos governamentais os *piqueteros*, famosos nas jornadas do final de 2001 e início de 2002 (DA SILVA, 2012).

O problema maior talvez tenha sido a pressão inflacionária. Ao aumentar o gasto público e congelar tarifas de serviços essenciais, a diferença entre gasto e arrecadação aumentou. Por outro lado, o governo logrou acertar a rolagem da dívida, sobretudo com o FMI (pagando quase a totalidade em 2006), o Banco Mundial e o governo da Espanha.

Em 2007, Kirchner interveio no IDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos), uma polêmica que resultou no descrédito, doravante, dos números da inflação, considerados sempre subnotificados pelo governo (DA SILVA, 2012). Ocorreram importantes estatizações e reestatizações, como a das famosas *Aerolíneas Argentinas*.

Com bastante popularidade e projetando uma imagem de um país recuperado após o calote internacional, Kirchner desenhou a estratégia de não se lançar à reeleição, escolhendo apoiar sua esposa, então senadora, Cristina Fernández Kirchner, para o pleito de 2007. Logrou passar seu capital político a ela, que venceu as eleições no primeiro turno. Kirchner tornou-se presidente do Partido Justicialista, aumentando ainda mais sua força política.⁸

O tamanho da crise de 2001 na Argentina, a meu juízo, não se compara à crise econômica e social do Brasil ao longo de 2002, que abriu caminho para a vitória de Lula sobre José Serra. Nesse sentido, o governo de Néstor Kirchner operou numa sociedade em que os paradigmas neoliberais estavam muito mais questionados, a sociedade mais fraturada e as finanças exponencialmente mais afetadas. Em contraste, Lula e o PT precisaram reafirmar

⁷ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2003>. Acesso em: 02 mar. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2007>. Acesso em: 03 mar. 2023.

compromissos com os pilares econômicos do antigo governo, prometendo avanço social inovador dentro de um arcabouço econômico conservador, algo parecido ao que De La Rúa havia feito em 1999.

Por um lado, Néstor Kirchner logrou reconstruir a figura do presidente interventor, elemento caro à tradição peronista, mas borrada com as múltiplas crises que, por diferentes vias, emparedaram Alfonsín, Menem e De la Rúa. Nas palavras de Maristella Svampa, Kirchner, a partir de 2003, “recuperou a política” (SVAMPA, 2006, p. 180).

Por outro, ele se legitimou através do reconhecimento de parte do movimento social argentino, extremamente ativo e participativo. Os *piqueteros* e a grande maioria dos desempregados e subempregados foram contemplados com programas de auxílio (*Plano Jefas e Jefes de Hogar*), com US\$ 50,00 mensais, além da incorporação de alguns cargos estatais, como foi dito acima. As empresas quebradas na crise e assumidas por cooperativas de trabalhadores também foram prestigiadas. A Suprema Corte foi reformada e a cúpula militar seguiu na mira dos processos por conta da guerra suja, impedindo que a extrema direita e parte da própria direita recobrassem forças.

Kirchner costurou acordo com lideranças tradicionais que, a partir das eleições legislativas de 2005, causou significativo racha dentro do Partido Peronista. Assim, ele respondeu à vontade de “volta à normalidade”, que amplas faixas da população demandavam, sustentando-se tanto no reconhecimento de pressões populares quanto no apoio de partes das oligarquias tradicionais, cooptadas para sua aliança.

Com a oposição parlamentar enfraquecida, dado o crescente poder centralizador da figura do Executivo, o presidente pautou o debate e esteve na ofensiva em quase todos os momentos. Com uma relação de alto nível com o grupo Clarín, obteve uma imagem ainda mais positiva através dos meios de comunicação.

Ainda na economia, prestigiou o Mercosul e as relações bilaterais com a Venezuela. Com parcerias com a PDVSA (Petróleos da Venezuela), seguiu expandindo o parque produtivo, aproveitando-se do alto preço internacional das commodities, incrementando áreas de mineração inclusive para dentro de terras de preservação (SVAMPA, 2006).

No último ano de seu governo, em 2007, a Argentina exportava na ordem: 18,8% ao Brasil, 9,26% à China, 7,11% ao Chile e 6,38% aos EUA. Importava: 31,2% do Brasil, 13,69% dos EUA, 10,26% da China e 4,69% da Alemanha.⁹

⁹ Instituto Nacional de Estadística y Censos República Argentina (INDEC). Disponível em: https://opex.indec.gov.ar/index.php?pagina=mapa_dinamico Acesso em: 14 mar. 2023.

Em 28 de outubro de 2007, Cristina Fernández de Kirchner venceu as eleições presidenciais em primeiro turno, com 45,29% dos votos:

Cristina deu prosseguimento à orientação econômica e política do seu antecessor mantendo o regime cambial competitivo. Nos dois primeiros anos de governo, o cenário internacional favorável manteve a balança superavitária, com presença destacada das exportações de commodities. A crise econômica internacional de 2008 causou impactos negativos na economia argentina, que naquele ano entrou em recessão. Já nos anos seguintes, o crescimento foi retomado (DA SILVA, 2012, p. 13).

No primeiro ano de seu governo, Cristina Kirchner tentou a ousada tributação sobre o agronegócio, visando capitalizar mais recursos para o Estado de modo a galvanizar os projetos de transferência de renda sem afetar os setores industriais e financeiros. Um *lockout* com travamento de estradas e reclamos na mídia e no parlamento foi um duro teste para a presidenta recém-eleita.

Além das instituições políticas tradicionais do peronismo, a presidenta passou a contar com um movimento cada vez mais organizado e atuante, como o chamado *La Cámpora*, juventude peronista comandada, de início, pelo filho do casal, Máximo Kirchner. Um grupamento com presença na mídia, capilaridade nas províncias e que investia apoio não no peronismo como um todo, senão nos Kirchner eles mesmos. Conquistou posições inclusive nas casas legislativas (RIVAROLA, 2015).

A questão do duplo poder, “quem preside é a esposa, mas quem manda é o marido”, (como disse, Néstor Kirchner era então presidente do PJ), acabou eliminada da conjunção com a morte repentina de Néstor, vítima de um ataque cardíaco em 27 de outubro de 2010.

A viuvez da presidente levou a uma interrupção, ainda que temporária, dos ataques da oposição à sua gestão. Mais importante, derrubou a tese do “duplo comando”, defendida pela imprensa e por alguns acadêmicos, que acreditavam que cabia a Néstor, e não a Cristina, a condução da política no país. As políticas bem-sucedidas de crescimento econômico, combate à pobreza e expansão da renda garantiram a reeleição (DA SILVA, 2012, p. 14).

As políticas intervencionistas do Estado, combatendo a recessão, e a nova imagem da presidenta dizimaram as chances políticas da oposição. Em 23 de outubro de 2011, Cristina Kirchner recebeu um escrutínio recorde de 54,11% dos votos válidos, quase 38 pontos

percentuais à frente do segundo colocado, tornando-se a primeira mulher reeleita na história política das Américas.¹⁰

Interessante a extrema má vontade da grande mídia brasileira em relação à presidenta argentina. Numa pesquisa original, Patrícia Leite analisou os conteúdos dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* sobre ela, constatando a presença massiva de notícias negativas e interpretações contrárias ao seu mandato, mesmo quando apresentou seus melhores indicadores de emprego e renda (LEITE, 2018).

A crise internacional fez com que o crescimento da economia argentina variasse no início da década de 2010. As exportações continuaram altas e o governo teve êxito em reduzir as taxas de pobreza, de acordo com as medições dos organismos internacionais. Não obstante a queda do preço das commodities, o governo seguiu privilegiando uma agenda de gasto público com serviços sociais mirando a população mais pobre. E na política externa, favorecendo o entorno regional em detrimento dos EUA, causando vários atritos com Washington nesse sentido (SILVA, 2020, p. 81).

É notório o inflacionamento das críticas ao governo de parte da sociedade argentina, sobretudo os setores apegados ao liberalismo econômico. Como se estivessem conquistando apoio social exponencial ao conjunto de ideias que eram hegemônicas até a crise de 2001. Mariano Perelman faz uma instigante análise para aquele período, apontando a participação em protestos populares de setores da classe média e da classe média alta, descontentes com o auxílio estatal aos mais pobres e contra o calote recebido na troca da cotação do dólar para o peso, reivindicando o direito de entesourar de maneira ilimitada em depósitos bancários a moeda norte-americana (PERELMAN, 2022). O dólar na sociedade argentina tinha uma presença mais difundida do que no caso brasileiro, muito por conta da política monetária da última ditadura militar, passando pela hiperinflação dos anos 1980, que derretia o valor nominal do austral, e a conversibilidade com o peso nos anos 1990.

Cristina Kirchner manteve até o fim do seu mandato o controle sobre compras, gastos e investimentos em dólar, agravando a indignação dos setores nomeados acima, que diziam que o dinheiro do trabalho, convertido em impostos, ia para os “negros”, enquanto os “verdadeiros” trabalhadores sofriam restrições (PERELMAN, 2022). E foram várias as marchas contra o governo nesse diapasão.

¹⁰ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2011>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Não podendo concorrer a um terceiro mandato, e já bastante desgastada pelos anos de poder, Cristina ainda somava um robusto capital político. Apoiou o então governador de Buenos Aires, Daniel Scioli, que teve como adversário o então prefeito da capital federal, Mauricio Macri, esse último numa coalização de direita denominada “Mudemos”. Scioli, da “Frente para a Vitória”, teve o apoio do aparato partidário e dos maiores líderes políticos do entorno regional, Dilma Rousseff inclusive.

Algumas das sondagens realizadas em 2015 chegaram a apontar vitória de Scioli no primeiro turno, o que significaria a quarta vitória consecutiva em primeiro turno do peronismo - kirchnerismo. Fato é que Daniel Scioli teve mais votos que Macri na eleição ocorrida em 25 de outubro de 2015, 37% contra 34%. Pela primeira vez na história, as eleições presidenciais argentinas foram de fato para um segundo turno, e aí ocorreu uma inversão, com Mauricio Macri logrando vencer com 51,4% dos votos contra 48,66% de Scioli (uma diferença de menos de 700 mil votos).¹¹

A direita com Mauricio Macri

Uma vitória até certo ponto inesperada, assim foi considerada pelos principais analistas políticos argentinos. Cristina Kirchner e o kirchnerismo se localizavam num partido de larga tradição, ao passo que Mauricio Macri estava num partido, *Propuesta Republicana*, criado em 2005, numa coalização de direita com um projeto não muito claro de poder senão a “volta do liberalismo”, um conjunto de ideias que reatualizava o programa econômico de Menem num invólucro não peronista e que se dizia não clientelista, longe dos vícios da antiga política.

O resultado foi catastrófico:

Com Macri, a Argentina voltou às receitas neoliberais, que resultaram em uma série de ajustes e tarifas intermináveis, alta inflação, retrocesso de salários reais, abertura indiscriminada às importações e consequente fechamento de pequenas e médias empresas. Como se não bastasse, em maio de 2018, o Governo assinou um acordo com o FMI que concedeu o maior empréstimo de sua história e acrescentou à crise mais fuga de capitais, além de superendividamento insustentável. Longe da “pobreza zero” prometida durante a campanha, esta foi subindo até alcançar 40,8% em dezembro de 2019, a mais alta da última década. Por outro lado, a inflação atingiu 53,8% em 2019, a maior em 28 anos. Em sintonia, o PIB de 2019 também foi o mais baixo da década (SVAMPA, 2020)

¹¹ Pela legislação eleitoral argentina, nas eleições presidenciais é necessário alcançar 45% dos votos válidos, ou entre 40% e 45%, desde que com uma vantagem de 10% sobre o segundo colocado. Caso isso não se configure, há disputa em segundo turno. Sobre os resultados, consultar: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2015>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Macri tentou privilegiar uma relação bilateral com os EUA, em detrimento do Mercosul, e avançou no desmanche das políticas de compensação de renda e no fim dos subsídios estatais para as tarifas públicas. Resultou em um aumento do número de pobres, queda na balança comercial e encarecimento do custo de vida.

Tomás Blanco e Carolina Zaccato sustentam que, no início de seu mandato, Macri entendeu que o Brasil estaria declinando internacionalmente, tanto do ponto de vista econômico, com a diminuição dos preços de suas commodities, quanto político, com as incertezas advindas do *impeachment* de Dilma Rousseff e do governo de Michel Temer. Teria então instruído sua diplomacia a posicionar a Argentina como país chave dos EUA na região, uma diretriz idêntica daquela de Menem décadas passadas (BLANCO; ZACCATO, 2018).

A vitória de Donald Trump, em 2016, e a de Jair Bolsonaro, em 2018, desfez completamente as chances de uma política externa como essa frutificar. Também internamente, esse posicionamento levou a uma crítica severa, o que fez a Casa Rosada baixar o ritmo de junção aos EUA. Diferentemente da extrema direita brasileira, Macri declarou apoio a Hilary Clinton nas eleições norte-americanas, o que muitos apontaram como um erro estratégico (BLANCO; ZACCATO, 2018).

Em 2017, nas eleições legislativas, a coalização conservadora de Macri, denominada *Cambiamos*, fez maioria na câmara, senado e províncias que tiveram pleito para governador. Por outro lado, Cristina Kirchner venceu para o senado por Buenos Aires.

Ao aproximar o final de seu mandato, Macri confirmou seu viés conservador nos costumes e na política e liberal na economia, aproveitando-se do nítido avanço do eleitor reacionário ou cativado pelas pautas reacionárias mundo afora.

Em outubro de 2019, a chapa peronista colocou Alberto Fernandez como cabeça e Cristina Kirchner na vice, numa coalização denominada *Frente de Todos*. Com 48% dos votos (quase 13 milhões de eleitores), derrotaram Mauricio Macri (40%, quase 11 milhões de eleitores)¹². O candidato com a máquina pública não logrou a chegar nem no segundo turno, combinação da péssima performance da economia com a resiliência e capacidade de militância do peronismo:

A Frente de Todos reúne uma parte importante da grande família peronista, pois articula desde setores progressistas (que incluem uma ala cristinista dura, presente nas duas Câmaras), peronistas de centro, com preocupações sociais, vindos da Frente Renovadora, até os caudilhos de sempre da província de

¹² Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultados-y-estadisticas/elecciones-2019>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Buenos Aires e governadores peronistas pouco afeitos à participação cidadã. Como parceiros menores, foram incluídos setores de centro-esquerda não kirchnerista, até recentemente excluídos (SVAMPA, 2020).

Com isso, voltou ao poder a centro-esquerda, com uma pauta englobando maior presença do Estado na economia, respeito à diversidade nos costumes, a proteção dos direitos dos povos originários e também do meio ambiente, ao mesmo tempo com compromissos com o setor financeiro, indústria e comércio, mineração e petróleo.

Considerações finais

Semelhanças e diferenças marcam a recente trajetória da política e da economia argentina em relação ao Brasil. A meu juízo, diferenças de intensidade dos programas econômicos advindos das condições históricas em que direita e esquerda assumiram o poder central e puderam, até certo ponto, implementar suas agendas.

A derrota da ditadura militar argentina propiciou um retorno mais cedo à democracia. Alfonsín foi eleito por sufrágio universal em 1983, enquanto Collor de Melo seria eleito em 1989. O primeiro, ainda buscando uma política econômica de soberania, enquanto o último já se acomodando à nova ordem do Consenso de Washington.

Carlos Saul Menem, eleito em 1989 pelo peronismo, recuperou o monetarismo, já testado na ditadura de 1976, e não teve um adversário relevante no campo popular, sendo mais radical na aplicação do neoliberalismo. Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a presidência em 1995, teve no PT na oposição um grande antagonista, impedindo-o provavelmente de dar maior extensão aos programas neoliberais.

Resultado disso foi a continuidade econômica de La Rúa e sua posterior renúncia, no contexto da quebra econômica do país, em fins de 2001 e início de 2002. Pode-se dizer que a economia brasileira manteve os padrões básicos da política e a hegemonia neoliberal ainda no primeiro mandato de Lula da Silva.

Advindo de uma catástrofe, Néstor Kirchner aprofundou políticas estatais de cunho social e, se não totalmente contra o capital financeiro, com maior margem de manobra para lidar com ele. Estabeleceu assim uma corrente política dentro do peronismo, o kirchnerismo, suficiente para eleger Cristina Kirchner em dois mandatos e Alberto Fernandez, com Cristina na vice-presidência, numa terceira oportunidade.

No Brasil, Lula realizou transformações significativas a partir do segundo mandato, principalmente. Com a política econômica do primeiro período de Dilma Rousseff, ele trouxe

para si uma oposição fortalecida no congresso e nas ruas, resultando no *impeachment* de sua sucessora e em sua prisão. Como se o contexto disruptivo da política argentina de 2001-2002 ocorresse no Brasil em 2016-2017, com a diferença de que, neste último, um governo de direita é o que nasceria da crise.

Na Argentina, uma direita institucional ganhou as eleições em 2015, retomando um programa de abertura comercial, prestígio do capital financeiro, apoio aos EUA e combate aos movimentos populares. No Brasil, embora tudo isso também fosse retomado, foi uma força política de extrema direita autoritária que ganhou as eleições em 2018, muito por conta da impunidade relativa aos militares que cometeram crimes durante a ditadura de 1964-1985, da falta de aderência da direita tradicional com os eleitores e do esgarçamento do tecido social na crise contemporânea.

Se uma coalização de centro esquerda voltou ao poder na Argentina, em fins de 2019, voltou ao poder ao Brasil em fins de 2022, projetando novos desafios para os anos vindouros. A meu juízo, sugere que a troca periódica do poder entre governos de teor menos popular por mais popular, de maior liberalização econômica por maior intervenção na distribuição de renda, de maior preocupação com a classes trabalhadora e os pobres para pouca ou nenhuma, seja a forma em que as contradições capitalistas se movam atualmente, no que tange ao sistema político. “Ao menos até o instante em que o leito em que adormecem os conflitos se torne estreito demais para acomodá-los”, como afirmou, acompanhando Marx num outro contexto, o historiador Lincoln Secco (SECCO, 2011, p. 266).

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEIRED, J. L. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996.

BLANCO, T. L.; ZACCATO, C. Tendiendo puentes en aguas tumultuosas: la política exterior del gobierno de Mauricio Macri (2015-2018). **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 6, jul./dez. 2018.

BLOCH, M. Pour Une Histoire Comparée des sociétés européennes. **Melangés Historiques**, Paris, v. 1, p. 16-40, 1963.

DA SILVA, R. R. Os Governos de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner e a Inviabilidade da Socialdemocracia na Argentina. *In*: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS

SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2012.

DEVOTO, F.; FAUSTO, B. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: Editora 34, 2005.

FÉRNANDEZ, M. C.; PRETI, M. Educacion y Desigualdades Socioeconómicas: Políticas Públicas em Tempos de Pandemia (República Argentina). **Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 22-42, maio/ago. 2020.

FERREIRA, M. M. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, p. 111-124, maio/jun. 2000.

GASPARI, E. **A Ditadura Encurralada: o sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LEITE, P. O Discurso Colonizador da Mídia Brasileira sobre uma Líder Latino-Americana: O Caso da Reeleição de Cristina Kirchner. **Entropia**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2018.

MACKINNON, M.; PETRONE, A. **Populismo y Neopopulismo en America Latina: el problema de la Cinicienta**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

NUNCA MÁS. **Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

PERELMAN, M. Él dólar como capital (es): Protestas y forma de construcción de clase en el segundo gobierno de Cristina Fernández de Kirchner (2011-2015). **Etnografías Contemporáneas**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 154-173, 2022.

PRADO, M. L. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, [S. l.], n. 153, p. 11-33, 2005.

PRADO, M. L. América Latina: História Comparada, História Conectada, História Transnacional. **Anuario n. 24, Revista Digital**, [S. l.], n. 3, 2012.

RIVAROLA, D. R. **La Cámpora movilizada: Observación participante y reflexiones sobre la militancia oficialista durante el segundo gobierno de Cristina Fernández de Kirchner (2011-2015)**. Repositorio Institucional CONICET Digital. 2016. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/90718>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ROMERO, L. A. **Breve Historia Contemporánea de Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.

SECCO, L. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, B. B. M. **Discursos, Presidentes e Política Externa: a Agenda Internacional de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner na Argentina (2003-2015)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SVAMPA, M. Las Fronteras del Gobierno de Kirchner. **Crisis**, [S. l.], n. 0, 2016. Disponível em: www.revistacrisis.com.ar. Acesso em: 01 mar. 2023.

SVAMPA, M. Qual esquerda está de volta ao poder na Argentina? **El País**, 14 de fevereiro de 2020.

TORRES, J. C. Los Desafíos de la Oposición en un gobierno peronista. In: TORRES, J. C. *et al.* **Entre el Abismo y la ilusión: Peronismo, Democracia e Mercado**. Buenos Aires: Norma, 1999.

ZICARI, J. Hasta que la crisis nos separe. Alfonsín, De la Rúa y el Partido Radical durante el gobierno de la Alianza (1999-2001). **Revista Cambios y Permanencias**, [S. l.], n. 7, p. 312-359, 2016.

WEBER, M. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. Weber. Sociologia. São Paulo: Ática, 1999.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Ao meu professor e orientador José Luis Beired, que me transmitiu o amor pela história da Argentina.

Financiamento: Não se aplica.

Conflitos de interesse: Não se aplica.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: Autor único.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

